

BOLETIM 656

Brasília, 26 de setembro de 2018

Renda dos brasileiros é comprometida pelas tarifas públicas

De acordo com diretor técnico do Dieese, 25% do orçamento familiar hoje é usado para o pagamento de serviços considerados essenciais, mas que seguem alta superior à inflação

A atual política de tarifas públicas – preços administrados pelo Estado – tem consumido 1/4 do orçamento dos trabalhadores brasileiros, segundo o diretor técnico do Dieese Clemente Ganz Lúcio. "Em parte, isso repercute para as empresas, mas prejudica a renda do trabalho, principalmente nesse momento de desemprego", afirma ele, em sua análise nesta terça-feira (25) na Rádio Brasil Atual.

De janeiro a agosto, de acordo com reportagem publicada pelo Estadão, os preços administrados tiveram uma alta de 6,64%, mais que o dobro da inflação geral de 2,85% no período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por corresponderem a gastos obrigatórios dos brasileiros como energia, combustível e transporte, estes custos trazem impactos diretos no orçamento familiar.

Aos jornalistas Marilu Cabañas e Glauco Faria, o diretor técnico do Dieese explica que a política de preços vigente tem comportamento



oposto ao que deveria ser adotado, no sentido de ampliar o poder de consumo dos trabalhadores.

"É evidente que o Estado e as empresas públicas têm que procurar os meios para fazer com que os preços desses serviços e produtos seja adequado ao custo de vida dos cidadãos e da renda brasileira e isso, muitas vezes, não é percebido, especialmente quando as empresas públicas passam a ser geridas como se fossem empresas privadas", critica Ganz Lúcio.

Fonte: Rede Brasil Atual

OLHA AÍ O PERIGO DE NOVO!!!

Temer admite suspender intervenção no Rio para votar Previdência

Em entrevista exclusiva à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Temer admitiu suspender, provisoriamente ou definitivamente, a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro para votar a reforma da Previdência ainda este ano. Conforme a lei, a intervenção impede a votação de emendas constitucionais,



como é o caso da tramitação da PEC 287/2016, que altera as regras de aposentadoria e pensão.

“Como depende de votação em 1º e 2º turnos, de repente pode suspender a intervenção”, disse o presidente em entrevista nesta terça-feira (25) à jornalista Paola de Orte, em Nova York (EUA). Ele assinalou que “o combate ao crime [no Rio] deu resultado” e admitiu até o fim da intervenção no estado.

“Vamos dizer que [caso] se encerre a intervenção, é preciso manter a estrutura que lá foi montada”, afirmou. A intervenção está prevista para terminar em 31 de dezembro de 2018. De acordo com Temer, a decisão vai depender de conversações entre o 1º e 2º turnos das eleições (7 e 28 de outubro) e também da vontade de seu sucessor.

Temer garantiu aos empresários norte-americanos que “passadas as eleições, quem chegar vai ter que continuar as reformas que fizemos”. Michel Temer lembrou na entrevista que durante o seu mandato reduziu a inflação, baixou a taxa de juros (Selic) e aprovou reformas como a mudança na legislação trabalhista e a emenda constitucional que estabelece o teto de gastos.

“Eu duvido que quem seja eleito tente derrubar e, portanto, consiga apoio no Congresso para derrubar o teto de gastos públicos”, sublinhou. “Eu quero ver quem vai chegar e vai dizer: ‘Eu quero mudar tudo isso. Eu quero inflação de 10%. Eu quero juros de 14,25%’”.

Fonte: Portal EBC

Crédito consignado com uso do FGTS começa a operar nesta quarta (26)

A partir desta quarta-feira (26) os trabalhadores brasileiros poderão contar com uma nova opção de crédito, com o início das operações de empréstimo consignado com uso do FGTS como garantia. A Caixa será o primeiro banco a operar a modalidade, que estará disponível em todo o país.

A alternativa será uma oportunidade aos trabalhadores da iniciativa privada em dificuldades para quitar dívidas, limpar o nome, fazer pequenas reformas ou um novo investimento. A nova linha de financiamento terá taxas mais baratas e estará à disposição de 36,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

Para garantir que o crédito seja realmente acessível, os juros não poderão ultrapassar 3,5% ao mês, percentual até 50% menor do que o de outras operações de crédito disponíveis no mercado. O prazo de pagamento será de até 48 meses (quatro anos). “Nosso objetivo é disponibilizar aos trabalhadores uma linha de financiamento que seja realmente viável tanto para tomar o dinheiro quanto para pagar depois”, explica o ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, que preside o Conselho Curador do FGTS.

Os valores emprestados dependerão do quanto os trabalhadores têm depositado na conta vinculada do FGTS. Pelas regras, eles podem dar como garantia até 10% do saldo da conta e a totalidade da multa em caso de demissão sem justa causa, valores que podem ser retidos pelo banco no momento em que o trabalhador perder o vínculo com a empresa em que estava quando fez o empréstimo consignado.

Fonte: MTb

TERCEIRIZAÇÃO



"Terceirização irrestrita no setor público estimula a corrupção"

Sérgio Lírio*

Enquanto a opinião pública se concentra cada dia mais no intenso debate eleitoral, o governo Temer aproveita para aprofundar a demolição das relações trabalhistas do País, alerta o sociólogo Ricardo Antunes, professor da Unicamp. O decreto 9.507, editado na sexta-feira (21), “abre a porteira” para as terceirizações no setor público, afirma o acadêmico, e “consolida uma tragédia”.

O texto praticamente derruba os limites para a contratação sem vínculo direto com o Estado no setor público. A terceirização só fica impedida nas atividades que envolvam tomadas de decisão ou posicionamento institucional, aquelas consideradas estratégicas ou relacionadas ao poder de polícia e regulação.

Segundo Antunes, autor de diversos livros e estudos sobre o emprego e as relações trabalhistas no Brasil e no mundo, entre eles “Os Sentidos do Trabalho”, a ampliação do serviço terceirizado, ao contrário do que pregam os defensores da ideia, não reduz os custos e estimula a corrupção.

“A medida introduz cunhas de interesses privados no interior do serviço público”, afirma. “Como uma empresa detentora de um contrato com a administração pública atuará para manter sua posição e eventualmente ampliá-la?”

O professor da Unicamp alerta ainda para o aumento dos riscos de acidentes de trabalho e cita o exemplo da Petrobras, que em uma década e meia mudou radicalmente o perfil dos contratados. Hoje, os terceirizados formam dois terço de toda a mão-de-obra da petroleira. “Essa expansão”, avalia, “coincide com uma elevação dos acidentes, inclusive fatais, registrados na companhia”. Antunes cita as experiências mal sucedidas na saúde, cuja febre de contratação de médicos sem vínculos empregatícios diretos com os estados e municípios foi incapaz de melhorar o atendimento à população.

O sociólogo não se surpreende com a edição do decreto, publicado semanas depois de o Supremo Tribunal Federal aprovar a terceirização irrestrita. Primeiro, diz, pelo fato de a medida estar alinhada à forte pressão para “adequar” o setor público aos valores da gestão privada, embora os objetivos não sejam os mesmos. “Vivemos o auge da hegemonia dos valores neoliberais”.

Segundo, pelas características de quem ocupa o Palácio do Planalto. “Temer foi terceirizado no comando do País, alçado ao posto com a incumbência de operar a devastação do Estado exigida pelo poder econômico. E ele tem cumprido a função com competência, é preciso admitir. Só não conseguiu aprovar até agora a reforma da Previdência”.

Fonte: Carta Capital



Centrais argentinas paralisam país contra governo Macri e o FMI

Centrais sindicais e organizações sociais da Argentina promovem desde segunda (24) manifestações e uma greve geral de 36 horas em repúdio às medidas de arrocho fiscal adotadas pelo presidente Mauricio Macri.

O protesto paralisa transportes e serviços no país, como bancos, comércio, escolas e universidades. Voos também foram cancelados. Pelo menos 15 milhões de pessoas estão sendo afetadas pela paralisação, que atinge o funcionamento de ônibus, metrô e trens.

A greve, convocada pela Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), CTA-Autônoma e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), teve adesão de diversas entidades como a Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE) e importantes categorias, entre elas metalúrgicos, bancários, docentes e transportes.

Esta é a quarta greve geral contra a política econômica do governo de Mauricio Macri. A paralisação visa protestar contra os ajustes do governo em meio à crise que afeta o país pela desvalorização da moeda, aumento da taxa de juros e da inflação, alta do desemprego, demissões em massa, aumento do custo de vida e da pobreza.

Apoio - A Força Sindical divulgou nota nesta terça (25), manifestando apoio e solidariedade aos trabalhadores e ao movimento sindical argentino. A Federação Sindical Mundial (FSM) também divulgou nota em apoio à paralisação e denunciou a repressão violenta aos protestos sociais.

Fonte: Agência Sindical

Proposta cria multa administrativa por discriminação salarial por gênero ou etnia

A Câmara analisa o Projeto de Lei 10158/18, do Senado, que prevê multa administrativa ao empregador que incorrer em discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia. O texto também cria uma lista para incluir os empregadores que praticarem esse tipo de discriminação.

A proposta inclui dispositivos na CLT. A recente reforma trabalhista (Lei 13.467/17) incluiu na CLT a previsão de multa em caso de discriminação por gênero ou etnia, mas segundo o Senado isso depende de um processo judicial.

Rapidez - Para tornar mais rápida a penalidade ao infrator, o PL 10158/18 estabelece que, ao constatar a discriminação, a fiscalização deverá aplicar multa administrativa à empresa. A ideia é desestimular a conduta discriminatória.

O valor da multa administrativa por empregado discriminado será equivalente a 50% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente R\$ 2.822,00.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS